

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 101

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE AGOSTO DE 1999
(quinta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Hermes Fonseca.

Às dez horas regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à mesa, ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, no sentido de que seja dado apoio e incentivo especial para que as montadoras, estabelecidas no Paraná, produzam carros a álcool etílico, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 19.08.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A crise que assola a produção de álcool no País, especificamente no Paraná, tem gerado preocupação constante no setor produtivo do Estado.

Há estoque em grande quantidade no País, e a nova safra está fadada ao fracasso, caso não haja uma política agro-industrial que venha garantir seu consumo. Presume-se que as destilarias do Paraná tenham que para sua produção, em vista da falta de um preço compensador, que venha compensar os preços de produção.

Após a era próspera da cafeicultura paranaense, a produção de cana-de-açúcar e sua utilização na produção de álcool etílico tem garantido o emprego no campo.

Com a paralisação da produção de álcool etílico, por falta de carros que o consumam (e as montadoras do País não tem produzido carros a álcool), o colapso na economia será maior ainda, e o desemprego no campo será expressivo, atingindo principalmente as famílias mais pobres no Estado, os chamados "bóias-frias".

Governo do Estado do Paraná precisa incentivar a produção do carro a álcool, mesmo porque o Estado proporcionou condições para que diversas montadoras de renome mundial viessem a se instalar no Paraná.

Hoje, com o preço em alta gasolina, em virtude de importação de petróleo e alta continua do valor do dólar, mister se faz a demanda em favor de carros movidos a álcool.

O Paraná, que é um dos maiores produtores agrícolas do País, precisa estar na vanguarda na solução de seus problemas agro-industriais, sem prejuízo de seu desenvolvimento. O problema da produção do álcool deve merecer uma atenção especial por parte do Governo do Estado do Paraná. Daí, as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional, solicitando as seguintes informações:

Qual o atual estado de conservação do prédio do Instituto Estadual de Educação?

Quais as previsões para recuperação do prédio?

Já foram licitadas as obras necessárias?

Qual o cronograma de obras previsto?

O referido pedido se justifica pela necessidade de uma resposta urgente à comunidade estudantil de Paranaguá, haja vista que o prédio se encontra interditado por não oferecer condições mínimas de segurança para funcionamento e até o presente momento não se tem conhecimento de que medidas pretende tomar o Governo do Estado para resolver a grave situação.

Sala das Sessões, em 19.08.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Federal Michel Temer, ao Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como ao Presidente da Empresa Brasileiro de Correios e Telégrafos - ECT, Egydio Bianchi, manifestando o descontentamento desta Assembléia Legislativa em relação ao Projeto de Caixas Postais Comunitárias da ECT, que está reduzindo a atuação dos carteiros.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, que opera o sistema postal brasileiro em regime de monopólio vem preparando a implantação de uma nova ordem nos serviços essenciais dos correios.

Atualmente, a ECT conta com 36.934 carteiros, cujos empregos estão ameaçados. A empresa já instalou 135 mil caixas comunitárias e estima-se que até o final de 1999, dois milhões de pessoas estejam sendo atendidas por essas caixas comunitárias.

Cabe salientar que isso representa redução de empregos para o nosso conhecido carteiro, pois os cidadãos passam a receber a correspondência no local onde está instalada a caixa comunitária. Os locais escolhidos são principalmente associações de bairros ou locais determinados para tal nas zonas rurais dos municípios.

Sob o pretexto de estar atendendo populações que não tinham acesso aos serviços de entrega de correspondência, prepara-se a substituição dos carteiros.

O projeto das caixas comunitárias é só o começo, porque os empregos dos carteiros sofrerão golpe ainda maior, com a aprovação da nova

legislação postal para o país, que está em tramitação no Congresso Nacional.

A legislação mencionada prepara caminhos para que os usuários do sistema postal sejam forçados a se adequar a avanços tecnológicos que substituam gradativamente o perfil das comunicações postais. Ao longo dos anos, o mercado postal vem crescendo e as novas tecnologias não têm conseguido substituir as atividades dos correios. O Governo Federal prepara, com essa proposta legislativa, a substituição da carta e conseqüentemente do seu entregador, o nosso conhecido carteiro. É lamentável que o ser humano seja colocado em segundo plano.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, criada pelo Decreto Lei 509, de 20 de março de 1969, será transformada em economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, com a denominação de Correios do Brasil S/A.

Essa Empresa terá exclusividade na exploração dos serviços de correios por 10 anos, prazo contado a partir da publicação da Lei. Findo o prazo o serviço postal será de exploração privada.

Mas, a principal mudança que se observa nesse processo e que não está sendo discutida com clareza é a situação dos carteiros da ECT, porque os serviços prestados pelos mesmos serão de responsabilidade de operadoras do sistema, em regime privado.

A única operadora pública, em princípio, será a ECT, pelo período já mencionado de 10 anos.

A proposta em questão representará desemprego para a categoria dos carteiros, porque a nova legislação prioriza a crescente competição do Sistema Nacional de Correios.

O desenvolvimento tecnológico é bem-vindo desde que não venha a engrossar os números do desemprego no país. A questão social está sendo posta em segundo plano, o que revoltará a população brasileira que quer muito bem aos carteiros que facilitam a vida de todos diariamente, entregando com presteza as respectivas correspondências.

Destaca-se a importância de que a sociedade tome conhecimento dos reflexos da nova Legislação Postal, enviada ao Congresso pelo Presidente da República, participando de discussão no sentido de preservar os empregos dos carteiros.

Salienta-se que o Projeto de lei em questão não especifica com clareza as garantias da categoria dos carteiros, porque transfere toda a regulamentação dos serviços ao Poder Executivo,

mediante proposta que deverá encaminhar a Agência Nacional de Serviços Postais.

Com a criação da Agência serão criados muitos cargos em Comissão, cuja estrutura está bem definida no Projeto de lei em questão. Então, por que não especificar claramente qual será o tratamento dado aos carteiros?

As Caixas Postais Comunitárias são colocadas como forma de modernização dos serviços dos correios, mas ensejam preparação o início do desemprego para os carteiros paranaenses e de todos os Estados da Federação.

A defesa dessa categoria é urgente, não só porque temos nessas pessoas amigos constantes, mas porque o impacto social desse desemprego será sentido em todos os municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 19.08.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 448/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada, da Fazendinha, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1999.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada da Fazendinha, que ora encaminhado para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada por um grupo de pessoas pertencentes àquela denominação, no dia 20.05.97, e, registrada sob nº 7536 - Livro A-4, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, em 09.07.97, tendo por objetivos, colaborar principalmente na área de assistência social, e na integração da família-comunidade, mediante ação integrada com os demais seguimentos da sociedade.

A Associação está devidamente inscrita no CGC/MF sob o nº 02.023.085/0001/59, estando em pleno funcionamento cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também, coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especial-

mente àqueles voltados, as áreas da assistência social da educação, da cultura, do esporte e do lazer, conforme Ata e Constituição, e Estatutos Sociais, em anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me levam a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 449/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Assistência Social - SOBASLUZ, com sede e foro, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1999.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente de Assistência Social -SOBASLUZ, que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi criada em 19.02.88, e registrada sob nº 1852, livro A-2 de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Londrina.

A entidade, promove o atendimento social, beneficente, cultural e educacional, a qualquer pessoa, sem nenhuma discriminação, gratuitamente, às pessoas carentes daquela comunidade, atendendo o que dispõe seus Estatutos.

Além das finalidades acima mencionadas, a SOBASLUZ tem por objetivo a organização e o desenvolvimento de programas educacionais, assistenciais, culturais entre outros, voltados ao atendimento da criança, do adolescente, do idoso e dos programas de interesse público e da comunidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a SOBASLUZ integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar os problemas das classes menos favorecidas, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Profissionais, Pais e Amigos da Criança Especial, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor Juliano Stingham, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 376/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Ação e Promoção Social Vó Durvina, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Cruzeiro, com sede no Município de Cambira e foro no Município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta, com sede e foro na Cidade de Ibiaporã. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobra a mesa, Requerimento nº 1816, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1818, de autoria do Senhor Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1817, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

O Líder do Governo me informou que o Secretário de Obras Senhor Augusto Canto Neto, vai comparecer à Assembléia agora na próxima terça-feira, para tratar do Instituto de Educação de Ponta Grossa.

Neste mesmo dia o Secretário poderá, conforme o Líder do Governo, prestar os esclarecimentos e informações a respeito do Instituto de Educação de Paranaguá, que aguarda o início das obras já há oito meses.

Nesse sentido peço a retirada do Requerimento porque vejo que o Secretário Augusto Canto Neto poderá dar as informações necessárias agora na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Requerimento retirado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns 198, 322, 337 e 399/99

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns 314, 323, 396 e 400/99, e do de Resolução nº 022/99.

Levanta-se a sessão.